



**RELATÓRIO DO ÓRGÃO CENTRAL DO SISTEMA DE CONTROLE INTERNO
DO PODER EXECUTIVO**

Conforme prevê a instrução normativa nº TC-0020/2015, art. 7º, II, da Egrégia Corte de Contas do Estado de SC, encaminha-se o Relatório sobre as contas de governo relativamente ao exercício de 2016.

I - Informações e análise sobre matéria econômica, financeira, administrativa e social

O MUNICÍPIO DE JOAÇABA, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº 82939.380/0001-99, com sede AV. XV. De Novembro, 378, Joaçaba/SC, CEP 89.600-000 - Telefone (49)3527-8800, foi devidamente criado nos termos da Lei Orgânica do Município de Joaçaba (SC), com última alteração na data de 23 de novembro de 2016.

O Município de Joaçaba é composto das seguintes Unidades Gestoras:

a) PODER EXECUTIVO:

✓ PREFEITURA:

b)PODER LEGISLATIVO:

✓ CÂMARA DE VEREADORES:

c)FUNDOS:

1= FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

2= FUNDO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

3= FUNDO DE REEQUIPAMENTO DO CORPO DE BOMBEIROS

4= FUNDO DE SAÚDE

d)AUTARQUIAS:

1= SIMAE - Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto.

2= PLASS - PLANO DE SAÚDE E ASSISTÊNCIA SOCIAL DOS SERVIDORES PÚBLICOS

3= IMPRES - INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO
MUNICÍPIO DE JOAÇABA – SC

A Lei Orçamentária Anual do Município de Joaçaba para o exercício de 2016 (LEI Nº 4.664 DE 21 DE DEZEMBRO DE 2015) estimava a Receita e fixa a Despesa em R\$ 121.016.938,55 (cento e vinte e um milhões, dezesseis mil, novecentos e trinta e oito reais e cinquenta e cinco centavos).



PREFEITURA DE JOAÇABA
COORDENADORIA DE CONTROLE INTERNO

Despesas do Município, obedecendo à classificação institucional, funcional-programática e natureza econômica, foram distribuídas da seguinte maneira:

ESPECIFICAÇÃO	VALOR
01. Câmara de Vereadores	3.125.000,00
02. Gabinete do Prefeito	8.129.245,88
03. Gabinete do Vice-Prefeito	201.428,00
04. Secretaria Municipal de Gestão Administrativa	2.423.639,05
05. Secretaria Municipal de Gestão Financeira	11.370.436,00
06. Secretaria Municipal de Ação Social	8.000,00
07. Secretaria Municipal de Educação	22.192.782,01
09. Secretaria Municipal de Infra-Estrutura	8.959.576,04
10. Conselho Tutelar	163.000,00
11. Procuradoria Geral do Município	723.750,00
12. Instituto de Previdência dos Servidores Públicos	13.451.081,11
14. Serviço Intermunicipal de Água e Esgoto	16.986.500,00
15. Plano de Saúde e Assistência Social dos Servidores Públicos	4.209.000,00
16. Fundo Municipal de Assistência Social	3.432.964,41
17. Fundo Municipal de Infância e Adolescência	32.400,00
18. Fundo Municipal de Saúde	20.200.478,10
19. Fundo de Reequipamento do Corpo de Bombeiros Militares	592.157,95
20. Secretaria Munic. de Desenvolvimento Sustentável	2.852.900,00
21. Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social	397.600,00
22. Fundo Municipal de Esportes	1.555.000,00
99. Reserva de Contingência	10.000,00
TOTAL	121.016.938,55

No ano de 2016, a aplicação dos recursos em saúde foram da ordem 17,32% da RCL; Educação 28,42% da RCL e comprometimento com folha de pagamento em aproximadamente 43,04% da RCL (exercício financeiro de 2016 – conforme Site do TCE-SC);

Área

232.35 km² (fonte: IBGE/2010)

População

28.398 (estimativa - fonte: IBGE/2013)

Eleitores

21.207 (fonte: TRE-SC/2012)

IDH

0.827 (fonte: PNUD/2013)

PIB

R\$ 947.876.843,00 (fonte: IBGE/2011)

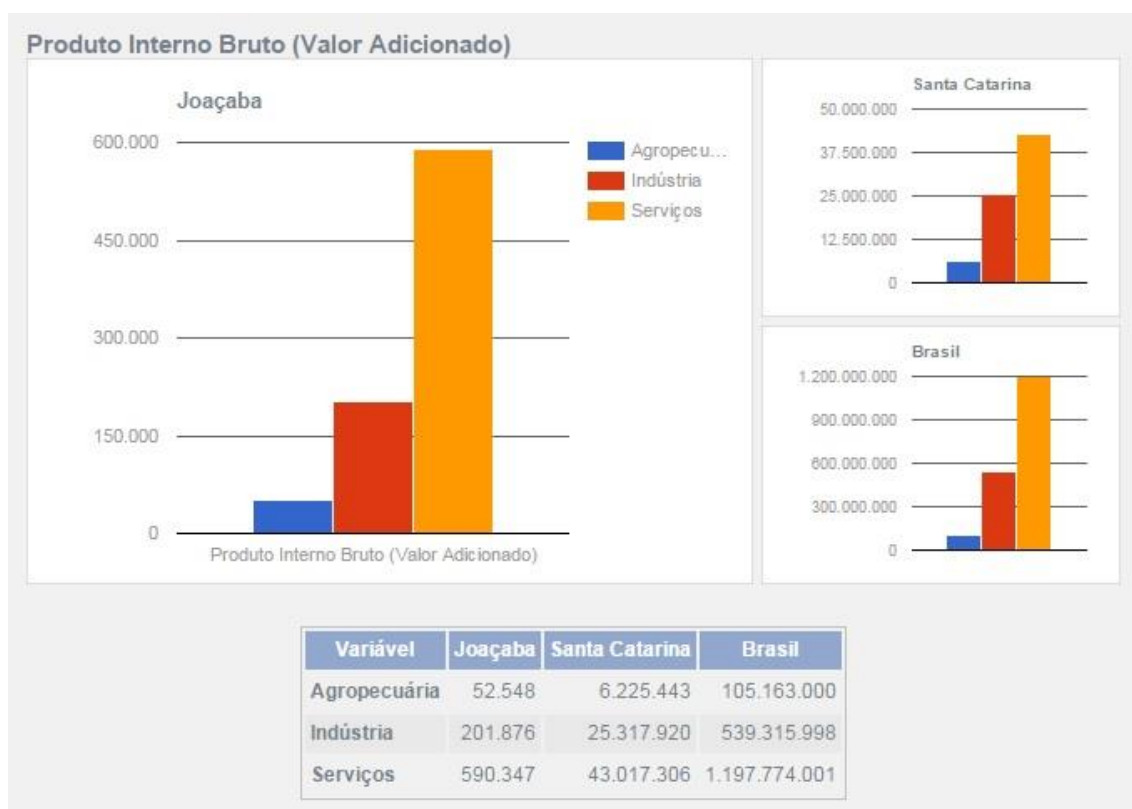


PREFEITURA DE JOAÇABA
COORDENADORIA DE CONTROLE INTERNO

Conforme informação obtida junto a ACIOC, no ano de 2010, os valores relativos ao PIB, dividido por setores da econômica foi formado por 61,7% pelo setor de serviços, 34,7% pelo setor industrial e 3,6% pela agropecuária.

Já em 2011 (fonte: <http://www.ammoc.org.br/conteudo/?item=2833&fa=1&cd=26832>) o percentual por setor foi dividido da seguinte forma: agropecuária corresponde à 3,55%, a indústria 34,75% e serviços à 61,74%. No ano de 2012: agropecuária 2,20%, indústria 35,6% e serviços 51,2% (fonte: <http://www.deepask.com/goes?page=Confira-o-PIB---Produto-Interno-Bruto---no-seu-municipio>).

Ainda segundo dados obtidos juntos ao site do IBGE, os infográficos relativo à economia do Município de Joaçaba, atualizado em 28/08/2015, estão descritos nos gráficos e tabela abaixo.





PREFEITURA DE JOAÇABA
COORDENADORIA DE CONTROLE INTERNO

A cidade faz divisa com mais duas outras, Herval D'Oeste de Luzerna. A formação econômica do município de Joaçaba está baseada principalmente nas atividades do setor secundário (indústria e comércio) destacando-se as atividades comerciais onde estão instaladas cerca de 500 empresas atuando nos mais diversos ramos, destacamos o comércio de veículos, artigos do vestuário, materiais de construção; as atividades industriais que somam 120 empresas dentre elas destacam-se a metal-mecânica, metalurgia com a fabricação de turbinas hidráulica, usinas hidrelétricas, máquinas e equipamentos para moinhos e silos, motores estacionários, engrenagens; alimentícia com a fabricação de farinha de trigo e a extração do óleo de soja, madeireira e vestuário alimentícios; já o setor terciário (prestação de serviços), que também tem uma importância muito grande na economia municipal, tem 700 empresas, com destaque para os estabelecimentos de ensino, o que demonstra e comprova o alto índice de alfabetização no município, cerca de 95,5%.

O município é um centro regional de medicina, na área de comunicação, 650 prestadores de serviços entre profissionais liberais e autônomos em geral, destaque para a área médica.

O setor primário (agricultura e agropecuária) participa da economia do município de maneira significativa, com 600 propriedades rurais com cerca de 2000 pessoas ativas, onde se destaca, na agricultura, a produção de milho, soja, feijão e trigo; pecuária, produção de suínos com uma população média de 43.700 cabeças, gado leiteiro 6.600 e de corte 10.800 cabeças e aves uma população de 1.725.400 cabeças.



PREFEITURA DE JOAÇABA
COORDENADORIA DE CONTROLE INTERNO

VI - Demonstrativo dos restos a pagar, liquidados e não liquidados, existentes ao final do exercício, bem como sobre as despesas de exercícios anteriores registradas no Balanço Geral, com dados consolidados:

RESTOS A PAGAR					
Restos a Pagar	Saldo do ano Anterior	Cancelamentos	Pagamentos	Inscrição no Exercício	Saldo para o Exercício seguinte
RESTOS A PAGAR	5.427.240,27	838.112,65	4.306.094,79	10.554.467,23	10.837.500,06
Restos a Pagar Processados	654.625,99	1.029,42	653.596,57	0,00	0,00
Restos a Pagar Processados	654.625,99	1.029,42	653.596,57	0,00	0,00
Restos a Pagar Não Processados	4.772.614,28	837.083,23	3.652.498,22	10.554.467,23	10.837.500,06
Restos a Pagar Não Processados	4.772.614,28	837.083,23	3.652.498,22	10.554.467,23	10.837.500,06

DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES				
Empenhos realizados a conta de Despesas de Exercícios Anteriores no exercício				
Data	Nº do Empenho	Fornecedor	Motivo	Valor
09/06/2016	2300	DISTRIBUIDORA CURITIBA DE PAPÉIS	RECONHECIMENTO DE DIVIDA, CFE. PROCESSO DE SINDICÂNCIA APURADA PELA COMISSÃO NOMEADA PELA PORTARIA Nº 46840/2015 QUE CONSTATOU REGULARIZADE NA ENTREGA POR PARTE DA EMPRESA, NA COMPRA DE LIVROS DIDÁTICOS NO ANO DE 2015 PELA SEC.MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	R\$ 13.197,19
25/07/2016	3055	ADS SERVIÇOS LTDA	DESPESA RECONHECIDA PELA COMISSÃO PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR, INSTAURADO PELA PORTARIA Nº 5.249 DE 01/02/2016, A QUAL DÁ COMO PROCEDENTE O PAGAMENTO/CONCESSÃO DE REAJUSTE CONTRATUAL PARA O EXERCÍCIO DE 2015 A EMPRESA ADS SERVIÇOS LTDA (CONTRATO Nº 32/2013/PMJ)	R\$ 106.990,23
04/01/2016	93	POSTO DA VILA LTDA	SIMAE	R\$ 2.344,09
13/06/2016	850	RBS ZERO HORA EDITORA JORNALÍSTICA	SIMAE	R\$ 713,95
20/12/2016	2750	CONSTRUÇÕES HERVAL LTDA	SAÚDE	R\$ 18.473,92
Total R\$				141.717,56

VII - Demonstrativo dos valores mensais repassados no exercício ao Tribunal de Justiça para pagamento de precatórios:

	Regime Geral	Regime Especial	Total
Janeiro	0,00	0,00	0,00
Fevereiro	0,00	0,00	0,00
Março	0,00	0,00	0,00
Abril	0,00	0,00	0,00
Mai	0,00	0,00	0,00
Junho	0,00	0,00	0,00
Julho	0,00	0,00	0,00
Agosto	0,00	0,00	0,00



PREFEITURA DE JOAÇABA
COORDENADORIA DE CONTROLE INTERNO

Setembro	0,00	0,00	0,00
Outubro	0,00	0,00	0,00
Novembro	185.635,81	0,00	185.635,81
Dezembro	0,00	0,00	0,00
Total	185.635,81	0,00	185.635,81

VIII - Em relação ao desempenho da arrecadação:

a) Demonstrativo da Dívida Ativa do Município	
Saldo do ano anterior/ 2015	9.201.280,36
Atualizações	-
Recebimentos	2.057.410,59
Cancelamentos (relação custo benefício da cobrança)	56.426,67
Renúncia Fiscal	-
Saldo em 31-12-16	14.102.564,98

b) Das ações de recuperação de créditos na instância judicial, com quantitativo e valor:	
Quantidade de CDA's emitidas	401
Quantidade de ações ajuizadas	76
Valor ajuizado até o final do exercício (VALOR ORIGINAL)	333.746,25

RELATO:

No exercício de 2016 foram geradas 401 CDA's, no valor de lançamento original de R\$ 333.746,25, sendo que dessas foram ajuizadas apenas 76 CDA's.

No exercício de 2013 o município passou a realizar PROTESTOS, objetivando a recuperação mais efetiva dos débitos inscritos em dívida ativa.

c) da evolução do montante dos créditos tributários passíveis de cobrança administrativa e indicação das medidas adotadas para a recuperação de créditos nesta instância:	
Saldo da Dívida Ativa	
Janeiro	11.430.580,36
Fevereiro	10.940.840,27
Março	11.094.347,14
Abril	10.952.848,66
Mai	10.809.129,49
Junho	10.889.293,53
Julho	10.808.461,83
Agosto	10.596.405,57
Setembro	10.723.975,88
Outubro	11.209.816,66
Novembro	11.152.046,99
Dezembro	14.102.564,98

RELATO:

Durante todo o ano ocorrem inscrições em dívida ativa, advindo dos demais setores (inclusive da Vigilância sanitária e Fundo habitacional). As providências tomadas pelo Setor, frente às inscrições são:

- notificação individual para cada contribuinte dos débitos ora inscritos em dívida ativa.
- publicação anual da relação dos contribuintes devedores no Diário Oficial do Município no final de cada exercício.
- publicação da relação dos contribuintes devedores no site do município.



- emissão de CDA's para execução judicial junto ao Fórum ou para protesto junto aos Cartórios do município, evitando a prescrição.
- parcelamento dos débitos antes ou posterior à execução/protesto, conforme Lei municipal (CTM- Lei 31/1997).
- acompanhamento dos parcelamentos.

d) Das medidas adotadas para incremento das receitas tributárias e de contribuições:

1. Manutenção e atualização do Sistema de Geoprocessamento e do Sistema Tributário do Cadastro Imobiliário, bem como o cadastro de novas edificações, loteamentos e desmembramentos;
2. Atualização do banco de dados do Cadastro Imobiliário em conjunto com o Setor de Fiscalização de Obras e Posturas para que as novas edificações sejam lançadas e tributadas (Imposto Predial e Taxa de Coleta de Lixo), proporcionalmente ao número de meses do exercício à emissão do habite-se nos termos do Art. 19, I da LC 31/1997 e suas alterações (Código Tributário do Município de Joaçaba) e/ou constatação da condição de uso da unidade;
3. Disponibilização em meio eletrônico (Cidadão Web), para emissão dos carnês de IPTU, taxas, demais tributos e Certidões Negativas de Débitos Municipais;
4. Atualização permanente dos cadastros de contribuintes (CPF, endereço, etc.);
5. Emissão de aproximadamente 250 Notificações de Lançamento referentes ao IPTU;
6. Procedidos aos lançamentos referentes aos aluguéis do exercício de 2016 dos estabelecimentos que exploram espaço público (Salas do Terminal Rodoviário, do Quiosque da Praça, das empresas do Aeroporto Santa Terezinha, das permissões para o Transporte Individual de Passageiros – Pontos de Taxi, e dos ambulantes vencedores de processo licitatório), sendo notificado por via de memorando aos setores responsáveis quando o atraso de parcelas referente aos alugueis mencionado para as devidas providencias.;
7. Lançamentos e cobranças dos serviços agrícolas;
8. Lançamentos e cobranças do aluguel da Casa Mortuária e autorizações de sepultamento;



e) Das providências adotadas no combate à evasão e à sonegação de tributos;

1. Divulgação através da mídia escrita, falada e eletrônica com chamadas e informações estimulando o contribuinte, para o cumprimento das suas obrigações tributárias;
2. Inscrição em Dívida Ativa de contribuintes inadimplentes no exercício de 2016.
3. Concessão de desconto de 15% e 10% no pagamento das cotas únicas no IPTU do exercício de 2016, como forma de incentivo ao pagamento do tributo;
4. Abertura de procedimento de Lançamento Tributário Retroativo (IPTU e Taxa de Coleta de Lixo), visando apurar e lançar os valores atinentes a fatos geradores não cadastrados dos exercícios não prescritos;
5. Aplicação de multa (Art. 34 da LC nº 31/1997) aos contribuintes com informações desatualizadas.

f) Do montante das renúncias de receitas concedidas no exercício, por espécie prevista no Art. 14 § 1º, da Lei de Responsabilidade Fiscal:

Lei que concedeu a renúncia de receita no exercício	Espécie	Público alvo	Valor concedido de renúncia
31/97	Lei complementar	1. Aposentado ou pensionista, com renda de até 02 (dois) salários mínimos vigentes mensais; 2. Portador de deficiência física ou mental grave ou portador de doença grave e irreversível	R\$149.471,02
Total			149.471,02

g) Dos créditos baixados em razão de prescrição;

Data da prescrição	Gestor à época da prescrição	Valor prescrito
Janeiro/2016		497,70
Fevereiro/2016		2.620,24
Março/2016		1.986,85
Abril/2016		562,86
Maio/2016		-
Junho/2016		7.017,34
Julho/2016		5.767,21
Agosto/2016		1.493,28
Setembro/2016		-
Outubro/2016		637,28
Novembro/2016		3.238,42
Dezembro/2016		11.930,93
Total		35.752,11



IX - Demonstrativos dos indicadores fiscais da Lei Complementar nº 101/2000, relativos a despesas com pessoal, operações de crédito e endividamento e do cumprimento das metas fiscais, indicando as razões do não alcance das metas fiscais ou da extrapolação de limites, bem como indicação das medidas adotadas para melhoria da gestão e equilíbrio fiscal e para retorno aos limites:

a) Despesas com pessoal e operações de crédito e endividamento:

Limites	Limite % LRF s/ RCL	% Realizado	% Diferenças
Despesas com Pessoal	60	46,18	13,82
Poder Executivo	54	44,72	9,28
Poder Legislativo	6	1,51	4,49
Dívida Consolidada Líquida	16	1,58	14,42
Operações de Crédito	16	9,29	6,71

b) Demonstrativo das metas fiscais, bem como indicação das medidas adotadas para melhoria da gestão e equilíbrio fiscal e para retorno aos limites:

ESPECIFICAÇÃO	2016		
	Fixadas na LDO	Execução	Diferenças
Receita Total	121.016.938,55	145.287.182,47	24.270.243,92
Receitas Primárias (I)	108.296.264,78	131.334.709,94	23.038.445,16
Despesa Total	121.016.938,55	118.438.997,68	2.577.940,87
Despesas Primárias (II)	111.379.642,41	116.560.539,51	5.180.897,10
Resultado Primário (III) = (I - II)	2.875.730,93	14.774.170,43	11.898.439,50
Resultado Nominal	-1.198.243,79	-21.266.591,31	-20.068.347,52
Dívida Pública Consolidada	Não temos	Não temos	Não temos
Dívida Consolidada Líquida	Não foi fixado na LDO	-36.035.673,81	

O resultado primário obtido através das Receitas Primárias, menos as Despesas Primárias realizadas.

X – Avaliação do cumprimento dos limites constitucionais de aplicação em saúde, educação e FUNDEB, previstos nos arts. 198 e 212 da Constituição Federal e Art. ; do ADCT:

O Município elaborou os seus demonstrativos que demonstram a aplicação de 17,25% da receita resultante de impostos e transferências em saúde e 28,02% na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino.

O município aplicou 93,46% das receitas do FUNDEB na remuneração dos profissionais do magistério;

Também quanto a aplicação dos recursos do FUNDEB, houve um superávit financeiro na ordem de R\$ 113.223,39, o que representa 0,934% da receita total do fundo, para o município.



XI - FACULTADO

Informação sobre os valores anuais das despesas realizadas referentes a aquisições e contratações de bens e serviços, por modalidade de licitação, bem como as decorrentes de dispensas e inexigibilidades de licitação:

DESPESAS REALIZADAS POR MODALIDADE - CONSOLIDADO - TODAS AS UNIDADES (Anexo II, Item XII)				
Modalidade/Forma	Obras e Serviços de Engenharia	Compras	Contratação de Serviços	Despesa Realizada (Anual)
Concorrência				
Tomada de Preços				
Convite				
Concurso				
Pregão Presencial				
Pregão Eletrônico				
Dispensa de Licitação (Art. 24, I e II)				
Dispensa de Licitação (Outras Hipóteses)				
Inexigibilidade de Licitação				
Regime Diferenciado de Contratação (RDC)				
Total				

XII – FACULTADO

Informação sobre o quantitativo de servidores efetivos na administração direta e indireta e em comissão não integrantes do quadro efetivo:

Mês	Quantidade			
	Servidores Efetivos	Cargos Comissionados com FG	Cargos Comissionados	Total de Servidores
Jan				
Fev				
Mar				
Abri				
Mai				
Jun				
Jul				
Ago				
Set				
Out				
Nov				
Dez				
Total no ano				

XIII – FACULTADO

Informação sobre o quantitativo de contratações por tempo determinado para atender a necessidade temporária de excepcional interesse público (art. 37, IX, Constituição Federal), na administração direta e indireta, indicando as normas legais autorizativas, com indicação do valor anual;

Legislação	Motivação	Órgão/Entidade	Quantidade de Servidores	Valor anual
------------	-----------	----------------	--------------------------	-------------



PREFEITURA DE JOAÇABA
COORDENADORIA DE CONTROLE INTERNO

XIV - Informação sobre o quantitativo de contratos de estágio com indicação dos valores mensal e anual;

VALORES PAGOS ESTAGIÁRIOS PREFEITURA E FUNDOS (ENSINO MÉDIO, TÉCNICO E SUPERIOR) 2016					
EMPRESA	MÊS	ANO	NÍVEL	QTDE MÊS	TOTAL PAGO
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA	JANEIRO	2016	SUPERIOR	21	R\$ 11.226,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE			SUPERIOR	4	R\$ 2.491,00
			MÉDIO	1	R\$ 525,00
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA	FEVEREIRO	2016	SUPERIOR	10	R\$ 5.380,33
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE			SUPERIOR	5	R\$ 2.547,34
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA	MARÇO	2016	SUPERIOR	70	R\$ 38.454,66
			MÉDIO	13	R\$ 4.765,50
			TÉCNICO	10	R\$ 3.935,80
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE			SUPERIOR	6	R\$ 2.666,67
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA	ABRIL	2016	SUPERIOR	69	R\$ 38.517,00
			MÉDIO	12	R\$ 4.706,50
			TÉCNICO	6	R\$ 2.808,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE			SUPERIOR	6	R\$ 3.180,00
			MÉDIO	1	R\$ 405,00
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA	MAIO	2016	SUPERIOR	71	R\$ 41.655,67
			MÉDIO	12	R\$ 4.860,00
			TÉCNICO	6	R\$ 2.808,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE			SUPERIOR	7	R\$ 3.816,00
			MÉDIO	1	R\$ 405,00
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA	JUNHO	2016	SUPERIOR	74	R\$ 42.851,49
			MÉDIO	14	R\$ 5.231,50
			TÉCNICO	10	R\$ 3.952,40
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE			SUPERIOR	10	R\$ 4.081,00
			MÉDIO	1	R\$ 405,00
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL			SUPERIOR	1	R\$ 530,00
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA	JULHO	2016	SUPERIOR	72	R\$ 40.684,32



PREFEITURA DE JOAÇABA
COORDENADORIA DE CONTROLE INTERNO

			MÉDIO	12	R\$ 4.819,50
			TÉCNICO	10	R\$ 4.711,20
FUNREBOM			SUPERIOR	1	R\$ 88,33
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE			SUPERIOR	12	R\$ 5.608,34
			MÉDIO	1	R\$ 405,00
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL			SUPERIOR	2	R\$ 1.130,67
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA	AGOSTO	2016	SUPERIOR	72	R\$ 41.773,34
			MÉDIO	12	R\$ 4.575,00
			TÉCNICO	10	R\$ 4.031,40
FUNREBOM			SUPERIOR	1	R\$ 512,33
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE			SUPERIOR	8	R\$ 3.887,33
			MÉDIO	1	R\$ 405,00
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA			SUPERIOR	2	R\$ 1.060,00
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA	SETEMBRO	2016	SUPERIOR	77	R\$ 43.104,66
			MÉDIO	13	R\$ 4.960,00
			TÉCNICO	10	R\$ 4.164,00
FUNREBOM			SUPERIOR	1	R\$ 530,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE			SUPERIOR	7	R\$ 3.649,00
			MÉDIO	1	R\$ 405,00
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA			SUPERIOR	2	R\$ 1.060,00
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA	OUTUBRO	2016	SUPERIOR	69	R\$ 40.878,99
			MÉDIO	12	R\$ 4.860,00
			TÉCNICO	9	R\$ 4.149,00
FUREBOM			SUPERIOR	1	R\$ 530,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE			SUPERIOR	6	R\$ 3.180,00
			MÉDIO	1	R\$ 405,00
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL			SUPERIOR	2	R\$ 1.060,00
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA	NOVEMBRO	2016	SUPERIOR	71	R\$ 41.499,34
			MÉDIO	12	R\$ 4.860,00
			TÉCNICO	7	R\$ 3.276,00
FUNREBOM			SUPERIOR	1	R\$ 530,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE			SUPERIOR	6	R\$ 2.905,00
			MÉDIO	1	R\$ 405,00
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL			SUPERIOR	2	R\$ 530,00
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOAÇABA	DEZEMBRO	2016	SUPERIOR	58	R\$ 37.487,02
			MÉDIO	12	R\$ 5.173,50
			TÉCNICO	7	R\$ 3.002,80



PREFEITURA DE JOAÇABA
COORDENADORIA DE CONTROLE INTERNO

FUNREBOM			SUPERIOR	1	R\$ 530,00
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE			SUPERIOR	3	R\$ 1.590,00
VALOR TOTAL ANO DE 2016					
R\$ 560.620,93					

XV - Informações referentes aos contratos de terceirização de mão de obra na administração direta e indireta, com detalhamento dos postos de trabalho, respectivas funções e valores mensal e anual;

DEMONSTRATIVO DE POSTOS DE TRABALHO NA UNIDADE GESTORA POR MEIO DE CONTRATOS DE TERCEIRIZAÇÃO DE SERVIÇOS

Discriminação dos Postos de Trabalho (por Categorias/Funções)	MÊS/QUANTIDADE												Despesa Liquidada Anual (R\$)
	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	
COZINHEIRA	1	1	-	-	-	-	1	1	1	1	1	1	CONTRATO HEMBERE R\$ 6.666,80
LIMPEZA	1	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	CONTRATO ONSERV R\$ 17.654,23
Total	2	2	-	-	-	-	1	1	1	1	1	1	

XVI - Demonstrativo dos gastos com divulgação, publicidade e propaganda por meio de contratos de prestação de serviços dos órgãos e entidades da Administração Pública Municipal:

Discriminação	Despesas Realizada Anual R\$
Despesas com Publicidade Legal	60.235,50
Despesas com Publicidade Institucional	106.065,85
Total	166.301,35



PREFEITURA DE JOAÇABA
COORDENADORIA DE CONTROLE INTERNO

XVII - Relação de convênios com União e Estado realizados no exercício e os pendentes de recebimento, indicando o número do termo, data, valor acordado, valor repassado, valor a receber, respectivos restos a pagar inscritos em razão do convênio e demais informações pertinentes:

OBJETO	CONVÊNIO	VALOR TOTAL	VALOR REPASSADO	VALOR A RECEBER	VIGÊNCIA	ADITIVO	INFORMAÇÕES
IMPLANTAÇÃO DE REDE DE ESGOTO - PAC SANEAMENTO	TC/PAC 235/20014	6.812.888,54	3.406.444,27	3.406.444,27	21/07/2018		Relatório de Acompanhamento encaminhado em 09-01-2017, chegando em 58,76% da obra, aguardando vistoria <i>in loco</i> da equipe da Funasa;
MANUTENÇÃO, CONSERVAÇÃO E MELHORIA DE VIAS - aquisições	2016TR1011	499.999,89	459.999,89	40.000,00	30/11/2016	30/11/2017	Valor executado até o momento de R\$ 436.990,30;
CENTRO DE INOVAÇÃO	2014TR740	5.123.495,63	2.561.747,80	2.561.747,83	30/06/2017		OBRA PARALIZADA, EMPRESA DESISTIU DA OBRA EM VIRTUDE DE ALTERAÇÕES DO PROJETO, VALE RESSALTAR QUE PROJETO NOS FOI REPASSADO PELO ESTADO E ESTAMOS O MESMO NOS ENCAMINHAR PROXIMOS PASSOS PARA LICITARMOS O RESTANTE DA OBRA
AQUISIÇÃO CAMINHÃO CAÇAMBA	823289/2015	244.000,00	244.000,00	-	31/12/2017		elaboração de prestação de contas
PAVIMENTAÇÃO RUA OLIVIO SCARPETTA ZAGO	830002/2016	246.350,00	-	246.350,00	27/06/2019		elaboração de projeto e declarações, aguardando parecer Caixa Econômica Federal
CONSTRUÇÃO DE UNIDADES HABITACIONAIS E ASSISTENCIA TÉCNICA	666822/2010	740.000,00	594.502,87	145.497,13	30/06/2016	30/03/2017	valores faltantes todo repasse
Pavimentação Rua Hervé Celant	793764/2013	305.807,93	150.295,66	155.512,27	30/12/2017		Valores a receber R\$147650,00 repasse e R\$7.862,27 contrapartida. Obra terminada, aguardando aprovação da Caixa Econômica Federal referente a supressão de valores



PREFEITURA DE JOAÇABA
COORDENADORIA DE CONTROLE INTERNO

Aquisição de veículo adaptado	817669/2015	151.600,00	151.600,00		21/12/2016	23/11/2017	Falta Licitar
Construção de Ginásio de Esportes St.Tereza	779912/2012	3.379.456,05	1.763.047,93	1.616.408,12	31/12/2016	31/12/2017	Obra Paralisada, adequações do projeto
Pavimentação Rua Sete de setembro e Domingos Zanini	800698/2013	298.469,39	298.469,39		30/12/2017		Reprogramação em análise Caixa Econômica Federal, Valor executado R\$196.474,83
Reforma e adequação Centro de Educação Infantil Clara Zomkowski	2016TR2553	11.678,45	-	11.678,45	30/03/2017		Falta Licitar
Aquisição de equipamentos Musicais	2014TR2563	R\$ 34.989,33	22.822,90	-			Devolução de saldo e prestação de contas efetuada em 20/01/2016, no valor de R\$1.360,34. Vale ressaltar que foi repassado valor menor em virtude de no processo licitatório alguns itens não terem sido cotados.
adequação nas Estruturas Esportivas para atender 55º JASC	2015TR1542	751.802,88	751.802,88	-	31/12/2015		Devolução de saldo e prestação de contas efetuada em 26-01-2016, valor R\$24.255,42. Data limite da prestação de contas 30-01-2016.
Serviços e material de apoio logístico para execução do 55º JASC.	2015tr1563	728.197,12	728.197,12	-			Devolução de saldo e prestação de contas efetuada em 24-02-2016, valor R\$22.337,14. Data limite da prestação de contas 24-02-2016.
Eficientização energética do sistema de iluminação pública do Município de Joaçaba - SC	PEE Celesc 2016	2.835.615,87	-	2.835.615,87	09/05/2017		Em processo de licitação
Execução do projeto de revitalização do Acesso Adolfo Ziguelli.	2014TR224	9.420.000,00	9.420.000,00				Prestação de contas efetuada e devolução de valores (R\$57.905,73) em 23-03-2016.
Aquisição de Máquinas e Equipamentos	833247/2016	154.500,00	136.500,00	-	31/12/2017		Falta Licitar
BRDE	SC-39.015/BND ES	1.479.146,00	-	1.479.146,00	15/11/2021		Financiamento com prazo de 60 MESES



PREFEITURA DE JOAÇABA
COORDENADORIA DE CONTROLE INTERNO

XVIII - Relatório sobre eventos justificadores de situações de emergência ou calamidade pública, com os reflexos econômicos e sociais, bem como discriminação dos gastos extraordinários realizados pelo ente para atendimento específico ao evento, indicando número do empenho:

Não ocorreram no município eventos de situações de emergência ou calamidade pública.

XIX - Manifestação sobre as providências adotadas pelo Poder Público municipal em relação às ressalvas e recomendações do Tribunal de Contas emitidas nos pareceres prévios dos três exercícios anteriores:

Exercício:	2013	Processo:	14/00097956
Administrador:	Rafael Laske		
Ressalva ou recomendação		Providências adotadas	
Ausência de disponibilização em meios eletrônicos de acesso público, no prazo estabelecido, de todas as informações pormenorizadas sobre a execução orçamentária e financeira, de modo a garantir a transparência da gestão fiscal, exigidas no art. 48 - A, II, da Lei Complementar n.101/2000, inserido pela Lei Complementar n.131/2009, e nos arts. 2º, §1º e 7º, II, do Decreto Federal n.7.185/2010.		Encaminhado a Senhora Secretária de Finanças e ao Chefe do Setor de Contabilidade para observações, correções e adequações.	
Adote medidas para que os registros contábeis obedeçam estritamente as normas e princípios da Contabilidade Pública para evitar divergências que possam comprometer a regularidade e a credibilidade dos demonstrativos contábeis e os resultados da execução orçamentária, financeira e patrimonial do Município;			
Adote providências para corrigir as falhas remanescentes apontadas no Relatório DMU n. 1484/2014 para que se atenda integralmente aos requisitos mínimos exigidos no artigo 48-A, inciso II, da Lei Complementar n.101/2000 e arts.4º e 7º, inciso II, do Decreto Federal n.7.185/2010, relativos à transparência da gestão fiscal, pois a falta de cumprimento daquelas normas poderá impedir o Município de receber transferências voluntárias, conforme estabelece o art. 73-C da Lei Complementar n.101/2000, incluído pela Lei Complementar n.131/2009, prejudicando a comunidade local			
Remeta, junto com as contas, conforme exigido pela resolução n.TC-77/2013, do Tribunal de Contas do Estado, o parecer do Conselho Municipal de Saúde (CMS) e do parecer do Conselho Municipal do Idoso		Parecer do Conselho do Idoso é parte do processo PCP-14/00097956, páginas 299 a 302. Parecer do Conselho de Saúde é parte do processo PCP-14/00097956, página 270.	

Exercício:	2014	Processo:	15/00081806
Administrador:	Rafael Laske		
Ressalva ou recomendação		Providências adotadas	
Registro indevido no Grupo Restos a Pagar do Passivo Financeiro nas Fontes de Recursos 62 -Outros Recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE e 64 -Atenção Básica, com saldo devedor de R\$ 148,00 e R\$ 13.299,17, respectivamente, em afronta ao		Encaminhado a Senhora Secretária de Finanças e ao Chefe do Setor de Contabilidade para observações, correções e adequações.	



PREFEITURA DE JOAÇABA
COORDENADORIA DE CONTROLE INTERNO

previsto no art.85 c/c art. 105 da Lei n.4.320/64	
Ausência de realização de despesas, no primeiro trimestre de 2014, com os recursos do FUNDEB remanescentes do exercício anterior no valor de R\$ 73.929,45, mediante a abertura de crédito adicional, em descumprimento ao estabelecido no § 2º do art. 21 da Lei n.11.494/2007	
Divergência, no valor de R\$ 28.398,44, entre as Transferências Financeiras Recebidas (R\$ 18.063.162,40) e as Transferências Financeiras Concedidas (R\$ 18.034.763,96), evidenciadas no Balanço Financeiro –Anexo 13 da Lei n.4.320/64, caracterizando afronta ao art. 85 da referida Lei	
Divergência, no valor de R\$ 40.603,76, apurada entre a variação do saldo patrimonial financeiro (R\$ 5.208.223,69) e o resultado da execução orçamentária – Superávit (R\$ 4.926.252,18), considerando o cancelamento de restos a pagar, no valor de R\$ 241.367,75 (excluído o valor de R\$ 6.650,00 do RPPS), em afronta ao art.102 da Lei n. 4.320/64. Registra-se que parte da divergência decorre da baixa de DDO em contrapartida na conta de Resultado 6233104, no valor de R\$ 23.054,92	
Divergência, no valor de R\$ 149.328,81, entre o saldo apresentado na Demonstração da Dívida Flutuante – Anexo 17 (R\$ 8.176.282,76) e o saldo do Passivo Financeiro constante do Balanço Patrimonial – Anexo 14 da Lei n. 4.320/64 (R\$ 8.325.611,57), caracterizando afronta aos arts.85 e 105 da referida Lei. Registra-se que a diferença se refere ao saldo inicial do Anexo 17	
Divergência, no valor de R\$ 19.590,12, entre o saldo da Dívida Ativa apurada a partir da Demonstração das Variações Patrimoniais –Anexo 15 (R\$ 10.144.867,00) e o constante do Balanço Patrimonial –Anexo 14 da Lei n.4.320/64 (R\$ 10.125.276,88), caracterizando afronta aos arts.85 e 105 da referida Lei	
Contabilização indevida de despesas financiadas com recursos recebidos mediante convênio firmado com o Governo do Estado/SC (Fundeb Estadual) na Fonte de Recursos (FR) 18, ao invés da FR 22, no montante de R\$ 100.330,08,descumprindo o disposto no art. 85 da Lei n.4.320/64 c/c Nota Técnica Conjunta n.01/2012 (DCE/DMU), deste Tribunal de Contas.	
Ausência de disponibilização em meios eletrônicos de acesso público, no prazo estabelecido, de informações pormenorizadas sobre a execução orçamentária e financeira, de modo a garantir a transparência da gestão fiscal com os requisitos mínimos necessários, em descumprimento ao estabelecido no art.48-A, II, da Lei Complementar n. 101/2000, alterada pela Lei Complementar n.131/2009,c/c o art.7º, II, do Decreto n.7.185/2010	A Coordenadoria do Controle Interno já iniciava os trabalhos para implantação do portal de transparência
Ausência de encaminhamento do Parecer do Conselho Municipal do Idoso em desatendimento ao que dispõe o art. 1º, §2º, "e", da Resolução n.TC-77/2013.	Parecer do Conselho do Idoso é parte do processo PCP-15/00081806, páginas 256 e 257.
Direcionar ações à política de atendimento, por meio de campanhas de estímulo ao acolhimento sob a forma de	Encaminhado a Secretaria de Ação Social para ciência e atenção as políticas públicas de atendimento.



PREFEITURA DE JOAÇABA
COORDENADORIA DE CONTROLE INTERNO

guarda de crianças e adolescentes afastados do convívio familiar em face de situação de risco, bem como, à mobilização da opinião pública para a indispensável participação dos diversos segmentos da sociedade	
Recomenda ao Poder Executivo Municipal de Joaçaba que, após o trânsito em julgado, divulgue esta Prestação de Contas e o respectivo Parecer Prévio, inclusive em meios eletrônicos de acesso público, conforme estabelece o art. 48 da Lei Complementar n.101/2000 – LRF.	As prestações de Contas encontram-se disponíveis em http://www.joacaba.sc.gov.br/cms/pagina/ver/codMapaltem/49185

Exercício:	2015	Processo:	16/00168199
Administrador:	Rafael Laske		
Ressalva ou recomendação	Providências adotadas		
Aplicação parcial, no valor de R\$ 55.678,56, no primeiro trimestre de 2015, referente aos recursos do FUNDEB remanescentes do exercício anterior no valor de R\$ 158.987,49, mediante a abertura de crédito adicional, em descumprimento ao estabelecido no §2º do art.21 da Lei n.11.494/2007	Encaminhado a Senhora Secretária de Finanças e ao Chefe do Setor de Contabilidade para observações, correções e adequações.		
Divergência, no valor de R\$ 11.724,25, apurada entre a variação do saldo patrimonial financeiro (R\$ - 1.836.280,83) e o resultado da execução orçamentária – Déficit (R\$ 2.161.653,32), considerando o cancelamento de restos a pagar de R\$ 313.648,24, em afronta ao art.102 da Lei n. 4.320/64			
Ausência de disponibilização em meios eletrônicos de acesso público, no prazo estabelecido, de informações pormenorizadas sobre a execução orçamentária e financeira, de modo a garantir a transparência da gestão fiscal com os requisitos mínimos necessários, em descumprimento ao estabelecido no art.48 -A, II da Lei Complementar n. 101/2000, alterada pela Lei Complementar n. 131/2009, c/c os art 2º, §1º, e 7º, II , do Decreto n. 7.185/2010			
Ausência de encaminhamento do Parecer do Conselho Municipal do Idoso, em desatendimento ao que dispõe o art. 1º,§2º, "e", da resolução n. TC-77/2013	Parecer do Conselho do Idoso é parte do processo PCP-16/00168199, páginas 238-239.		
Recomenda ao Município de Joaçaba que, após o trânsito em julgado, divulgue a prestação de contas em análise e o respectivo parecer prévio, inclusive em meios eletrônicos de acesso público, conforme estabelece o art. 48 da Lei Complementar n.101/2000 – LRF	As prestações de Contas encontram-se disponíveis em http://www.joacaba.sc.gov.br/cms/pagina/ver/codMapaltem/49185		

XX - Demonstrativo dos valores arrecadados decorrentes de decisões do Tribunal de Contas que imputaram débito a responsáveis, individualizados por título, com indicação das providências adotadas em relação aos títulos pendentes de execução para ressarcimento ao erário:

Processo	Arrecadado	A Arrecadar	Providências
Administrador			
TCE-11/00442828 Rafael Laske	03/05/2016		Liquidado



XXI – Avaliação sobre o cumprimento das Metas e Estratégias previstas na Lei (federal) nº 13.005/2014 (Plano Nacional de Educação – PNE) e no Plano Municipal de Educação (PME):

ETAPAS	AÇÃO	PRAZOS	OBSERVAÇÕES
I. Organizar do trabalho	1.Participação na Capacitação;	Julho/2016	Realizado
	2. Constituição da Comissão Coordenadora;	Agosto/2016	Decreto nº 4.978 de 15 de agosto de 2016.
	3. Constituição da Equipe Técnica;	Agosto/2016	Decreto nº 4.979 de 15 de agosto de 2016.
II. Estudar o plano	1. Releitura do Plano Municipal de Educação	Fevereiro/2017	
	2. Relacionar as Metas e estratégias em ordem cronológica	Fevereiro/2017	
	3. Organizar agenda de trabalho da Equipe Técnica	Fevereiro/2017	
	4. Definir encontros mensais para prosseguimento do Estudo do PME	Fevereiro/2017	
	5. Análise e comparação da Tabela/Ficha B em relação às metas qualitativas do PME	Março/2017	
	6. Análise e comparação da Tabela/Ficha B em relação às metas quantitativas do PME	Março/2017	
	7. Anotar dados e sugestões, realizar debate com todos os membros da Comissão Coordenadora	Março/2017	
III. Monitorar continuamente as metas	1. Definir e identificar os indicadores que serão usados no município para monitoramento do PME. (indicados pelo MEC ou indicadores próprios)	Março/2017	
	2. Definir Indicadores de fontes próprias do município;	Março/2017	
	3. Definir os responsáveis pelo monitoramento de cada indicador	Março/2017	
	4. Promover encontro para estudos e debates	Março à novembro de 2017	
	5. Início dos trabalhos e preenchimento da Parte C da Ficha de Monitoramento	Abril/2017	
	6. Elaborar Ficha de Monitoramento de cada meta de acordo com seus indicadores	Abril à Dezembro de 2017	
	7. Entregar as fichas para a Secretaria Municipal de Educação	Abril à Dezembro de 2017	
IV. Avaliar periodicamente o plano	1. Elaboração do Relatório Anual de acompanhamento	2017 à 2024	
	2. Compatibilizar os dados e realinhar as estratégias	2018	



**PREFEITURA DE JOAÇABA
COORDENADORIA DE CONTROLE INTERNO**

	3. Acrescer sugestões e fazer encaminhamentos se necessário	2017 à 2018	
	4. Produção do Documento 1ª avaliação do Plano Municipal de Educação Versão Preliminar	Fevereiro/2018	
	5. Elaborar o relatório Final e encaminhar para a Secretaria Municipal de Educação	Junho/2018	
	6. Divulgação do Relatório de monitoramento	2018	

XXII - outras informações previamente solicitadas pelo Tribunal de Contas.